



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
RECIFE

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA A SELEÇÃO DE ESTÁGIO REMUNERADO PARA ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO DESTINADOS À VARA DO TRABALHO DE GARANHUNS.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, no uso de suas atribuições, torna público o processo seletivo para estágio remunerado para estudantes de nível superior do curso de Direito, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, destinado ao preenchimento, a partir de julho de 2015, de 01 (uma) vaga na Vara do Trabalho de Garanhuns e formação de cadastro reserva, nos termos do Ato TRT GP nº 073/2012 de 16 de fevereiro de 2012, na forma e condições estabelecidas neste Edital e na Lei 11.788/2008 e demais normas que vierem a ser expedidas sobre a matéria.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Poderão participar do processo seletivo os estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva, no curso superior de Direito de Faculdade de Direito de Garanhuns, mantida pela Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA.

1.2 No ato da convocação, os candidatos habilitados deverão estar cursando, pelo menos o 4º período, sendo vedado o ingresso no estágio dos estudantes que estejam cursando 9º ou 10º períodos do curso de Direito, em vista da exigência de período mínimo de 01 (um) ano de estágio, consoante item 1.3.

1.3 O estágio terá duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante o resultado obtido na Avaliação de Desempenho, desde que não ultrapasse 2 (dois) anos, conforme art. 8º do Ato TRT-GP Nº 73/2012.

1.4 O estagiário deverá cumprir a jornada de 20 (vinte) horas semanais, no turno da manhã ou da tarde, a critério da Administração, sendo o pagamento da Bolsa de Estágio proporcional à sua frequência.

2. DAS VAGAS

2.1 O processo seletivo destina-se ao preenchimento, a partir de julho de 2015, de 01 (uma) vaga na Vara do Trabalho de Garanhuns, bem como à formação de cadastro reserva para o preenchimento das vagas que surgirem posteriormente.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato deverá preencher até 26 de junho de 2015 o formulário de inscrição, por meio do link:

<http://goo.gl/forms/Dct3EivtwP>

3.2 Para fins de efetivação da inscrição, o candidato deverá comparecer, nos dias 19, 25 ou 26 de junho de 2015, no horário das 8h às 14h, na Vara do Trabalho de Garanhuns, situada na Rua São Bento s/n, São José - Garanhuns – PE, CEP: 55295902, munido dos seguintes documentos:

a) comprovante de formulário mencionado no item 3.1, previamente preenchido pelo candidato;

b) histórico escolar atualizado até o último semestre concluído, constando resultado final em cada disciplina (original e cópia);

c) documento comprobatório de vínculo com a **Faculdade de Direito de Garanhuns, mantida pela Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA**, devendo restar demonstrado que o estudante encontra-se regularmente matriculado no semestre em curso e que tem, no mínimo, mais 01(um) ano antes do término de seu curso.

3.3 Não serão aceitas inscrições via fax e/ou correio eletrônico (e-mail).

3.4 Será admitida a inscrição por terceiros, mediante procuração do interessado e apresentação dos documentos do candidato. Não há necessidade do reconhecimento de firma na procuração.

3.5 A não comunicação de alterações de endereço ou de dados cadastrais implica a desistência do estágio, por parte do candidato, se este não for localizado na época da convocação.

3.6 As inscrições são gratuitas e não existe a hipótese de inscrição condicional.

3.7. O pedido de inscrição implicará na aceitação, pelo candidato, de todas as normas e condições deste Edital, do Ato TRT GP Nº 073/2012, de 16/02/2012, não sendo permitida mais de uma inscrição ou alteração.

4. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1 Aos estudantes com deficiência, que pretendam fazer usos das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é assegurado o direito de inscrição para concorrer às vagas ofertadas.

4.2 Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas ao portador de deficiência.

4.3 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes”. O referido Decreto regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, instituindo a Política Nacional para a Integração dos Portadores de Necessidades Especiais.

4.4 O candidato com deficiência deverá anexar ao formulário de inscrição o laudo médico, original ou cópia autenticada (emitido nos últimos 90 dias), que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência de que é portador, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e a provável causa da deficiência.

4.5 O candidato com deficiência participará do processo em igualdade de condições com os demais, no que se refere aos critérios da análise do histórico e classificação.

4.6 O candidato com deficiência deverá declarar essa condição no ato da inscrição, especificando sua deficiência, em consonância com o item 4.3 deste Edital, sob pena de não mais poder impetrar recurso em favor de sua situação em época posterior.

4.7 Caso as vagas reservadas não sejam preenchidas pelos candidatos com deficiência, serão elas revertidas ao quadro geral de vagas e preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

4.8 Quando convocado para o início do programa de estágio, o candidato de que trata o item 4.1 deverá submeter-se a exame médico oficial que reconhecerá ou não a qualificação do candidato com deficiência, bem como a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do programa de estágio.

4.9 A não observância do disposto no item 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito à vaga, passando o candidato a concorrer juntamente com os demais de ampla concorrência, observada a rigorosa ordem de classificação.

5. DO PROCESSO SELETIVO E CLASSIFICAÇÃO

5.1 A seleção consistirá na análise de histórico escolar do curso de Direito de todos os candidatos inscritos.

5.2 Serão considerados aprovados os candidatos que, a partir da análise do histórico escolar, tenham média geral igual ou superior a 5,0, sendo convocados de acordo com a ordem de classificação decrescente de notas.

5.3 Caso o estudante tenha sido transferido de outra instituição de ensino terá que apresentar histórico escolar contendo todas as notas obtidas na outra faculdade, além do exigido a todos os candidatos referentes às notas da instituição atual.

5.4 Em caso de empate terá preferência o candidato que:

a) estiver mais próximo de concluir o curso, no momento da inscrição, observado o interstício mínimo de 01(um) ano;

b) for mais idoso.

6. DO RESULTADO

6.1 A listagem dos candidatos aprovados será divulgada no site www.trt6.jus.br

7. DA CONVOCAÇÃO

7.1 Quando convocado, o candidato deverá comparecer à Secretaria da Vara do Trabalho indicada no Aviso de Convocação, munido dos seguintes documentos:

- a) declaração da instituição de ensino de que está regularmente matriculado e com frequência no curso de Direito, comprovando-se a exigência do item 1.2;
- b) histórico escolar;
- c) 01 (uma) fotografia 3x4 recente;
- d) cópia e original da cédula de identidade (ou cópia autenticada);
- e) cópia e original do CPF/MF (ou cópia autenticada);
- f) título de eleitor e comprovante de votação na última eleição, para os estudantes que já completaram 18 anos (cópias e originais) ou certidão emitida pela justiça eleitoral
- g) cópia e original do certificado de reservista para estudante do sexo masculino (ou cópia autenticada);

7.2. Por ocasião da entrega de documentos, constantes do item 7.1, deste edital, o candidato deverá assinar declaração (a ser disponibilizada pela Vara) de que não está vinculado a qualquer outro programa de estágio, bem como não exercer cargo público.

7.3 A não apresentação dos documentos solicitados, no prazo estabelecido pelo Tribunal, por meio de convocação formal da Presidência do Tribunal, via internet, implicará na eliminação do candidato, sendo convocado o próximo da lista específica da vaga aberta.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A homologação do resultado da seleção caberá à Presidência do Tribunal e a lotação dos estagiários ao Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal, por meio da Seção de Extensão e Qualificação de Pessoal.

8.2 O estágio, na forma da lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, cabendo, porém, o recebimento de bolsa-estágio, atualmente no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), auxílio transporte e o seguro contra acidentes pessoais.

8.3 Os casos omissos ou duvidosos serão apreciados e decididos pela Presidente do Tribunal.

Recife, 12 de junho de 2015.

GISANE BARBOSA DE ARAUJO
Desembargadora Presidente do TRT 6ª Região